

## REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DECENTE

### ATA DE REUNIÃO

Data: 04.09.2017

Local: Sala 506a

Presenças: Desembargadores Carmen Izabel Centena Gonzalez (coordenadora) e Alexandre Corrêa da Cruz; Juízas Luciana Böhm Stanke e Gabriela Lenz de Lacerda; convidadas Procuradoras Patrícia Sanfelici (MPT) e Cinara Dutra (MP-RS), João da Luz (FORMAP, também representando a DRT-RS) e representantes dos juízes estaduais Grazielle Souza Salatino (Juiz Charles Maciel Bittencourt) e Luiz Augusto de Veiga Elias (Juiz Marcelo Mairon Rodrigues)

Secretário: Igor Ferraz Freiberger (AGE)

Horário: 11h10min – 12h25min

A Desembargadora Carmen abriu os trabalhos explicando que o objetivo desta reunião era avaliar, com as demais entidades organizadoras, a audiência coletiva sobre aprendizagem. Informou já ter realizado a mesma avaliação internamente e passou a palavra aos presentes. A Procuradora Cinara avaliou como espetacular o evento, destacando que a presença dos empresários superou sua expectativa. Ressalvou que a exposição de conteúdo ficou muito para o final do evento porque a fala inicial de cada entidade foi muito extensa. Destacou que a apresentação de teatro foi tocante e teria causado ótimo impacto se ocorresse mais cedo, com a plateia cheia. Sugeriu que, para um próximo evento, o teatro seja apresentado mais cedo e a fala das autoridades seja encurtada, permitindo antecipar as falas técnicas. Pontuou que o Cerimonial estava um pouco nervoso, aspecto a ser aperfeiçoado. A Procuradora Patrícia concordou com a análise de Cinara em termos gerais, mas considerou que o relativo atraso na fala técnica não foi muito prejudicial. Ponderou que a fala das autoridades deu peso ao evento e responsabilizou as empresas porque ali estava representado todo o sistema da Justiça, em todas suas esferas. Patrícia salientou também que o empresário, ao ver todo o sistema reunindo e se pronunciando no mesmo sentido, dá maior importância ao tema. Considerou que o relato dos jovens tinha que ser o primeiro item na programação e qualificou o evento como um pouco longo e cansativo, sugerindo que o próximo seja mais rápido. Destacou que os jovens e seus relatos concretizam tudo o que está sendo falado e que, salvo quanto o momento destes

relatos, o evento foi excelente. A seguir, João disse ter considerado muito gratificante fazer parte da audiência e destacou a presença de todas as esferas envolvidas. Em linhas gerais, concordou com as observações das Procuradoras Cinara e Patrícia. Informou que, das cerca de 200 empresas convidadas, 167 estiveram presentes. Pontuou que a maioria das empresas compareceu com mais de uma pessoa, quase esgotando a capacidade de 480 pessoas do auditório. Concordou que a fala dos jovens ficou em um momento muito tardio e defendeu que, em um próximo evento, essa participação e o teatro devem ser no início. Apontou como problema o atraso nas fichas no credenciamento, explicando ter se atrasado por atender demanda do Superintendente do MT. Com seu atraso, o credenciamento atrasou dada a falta de material impresso e listas de presença. Destacou que também estavam presentes o sistema S e escolas técnicas. A Procuradora Cinara relatou ter conversado com o Senac e o Senai, com os quais marcou reunião. O Senac já anunciou que está preparando cursos específicos para aprendizes. A Desembargadora Carmen avaliou que a mesa de autoridades foi grandiosa e deu impacto ao evento, destacando a fala da Secretária Estadual de Direitos Humanos. Ponderou, porém, que é preciso estudar uma forma de fazer tais manifestações durarem menos. Avaliou que o evento já deu alguns frutos e que, de alguma forma, por conscientização ou por se sentir obrigado, o empresário foi tocado. Acentuou que o problema no credenciamento foi muito ruim, pontuando que a lista de presenças e o material impresso têm que vir para o Tribunal um ou dois dias antes, pelo menos. Sobre o tópico, todos destacaram o empenho das servidoras do Cerimonial, mas a falta de material para credenciamento complicou bastante seu trabalho. Ante a ponderação da Desembargadora Carmen, todos concordaram que o cerimonial dos demais organizadores deve colaborar na próxima audiência coletiva, atuando em conjunto com o Cerimonial do TRT4 mediante reunião prévia. Quanto ao material gráfico, a Desembargadora Carmen relatou que o convite preparado pelo TRT4 foi criticado por outras entidades, mas salientou que cada entidade poderia alterá-lo e fazer seu próprio material. Em conclusão, os presentes avaliam que o evento foi muito bom e já está trazendo resultados positivos, como o projeto-piloto em andamento. Houve consenso quanto a antecipar relatos de aprendizes e a peça de teatro, que sensibilizam os presentes. Uma ideia aventada foi iniciar com a apresentação sucinta dos organizadores, seguida pelos relatos dos jovens, da fala das outras autoridades, do teatro e então fazer as falas técnicas. Quanto ao projeto-piloto, já houve a contratação de 71 jovens aprendizes, conforme informaram João e a Procuradora Patrícia. O projeto está sendo pago com verba de um TAC gerenciada pela OIT e as contratações foram feitas por Zaffari (60

aprendizes), Emissora Pampa, Agocil e Esmejofe. A Desembargadora Carmen destacou que deve ser feita uma audiência coletiva por ano e a Procuradora Patrícia sugeriu que, em 2018, fique inserida na semana de aprendizagem, lembrando que já terão dados a apresentar como resultado da iniciativa de 2017. João informou que nos dias 23 e 24 de outubro o FOGAP organizará a Feira Estadual de Aprendizagem, provavelmente na PUCRS. Voltada para empresas e com apresentações culturais e palestras, a Feira pretende esclarecer a política de aprendizagem e o combate ao trabalho infantil. Ante esclarecimento de que TRT4, MPT e Ministério do Trabalho não participariam da Feira, a Juíza Gabriela sugeriu que os três órgãos montem um estande e atuem em conjunto no evento. O que foi aprovado. Questiona também se algo será promovido em alusão ao dia 12 de outubro, informando que a Amatra IV pensa em fazer ação nos estádios de futebol (entrada de crianças junto com os times portando faixa com dizeres contra o trabalho infantil). A Procuradora Cinara informou que, uma vez combinado com os clubes, ela pode reunir crianças do acolhimento para entrar no estádio. Os presentes também combinam a presença no Parque Farroupilha no feriado do dia 12 de outubro, nos mesmos moldes do ano anterior, com a distribuição de revistas em quadrinhos, folhetos informativos, pirulitos e cataventos. O Desembargador Alexandre argumenta que o fato do público no parque ter melhores condições econômicas em nada prejudica a ação porque todos os níveis sociais precisam ser esclarecidos sobre o tema. Em contato com o MP-RS, a Procuradora Cinara assegurou o uso do ônibus do órgão para o dia 12 de outubro, ficando a cargo do Cerimonial verificar quais as pessoas do Tribunal irão ao parque. O MPT fornecerá camisetas, além de material impresso já disponível. A Secom será consultada pela AGE quanto aos materiais ainda existentes no Tribunal. Foi também proposto o trabalho em conjunto com a Ajuris, ficando a cargo da Juíza Gabriela fazer contato com a entidade. Ela também verificará se a Amatra IV poderia fornecer os pirulitos e cataventos. Por fim, a Juíza Gabriela comentou sobre a formação de conselheiros tutelares, com a proposta de exigir capacitação quanto ao trabalho infantil para que se concorra a tal vaga. A medida já foi adotada no Espírito Santos e o MPT dispõe de curso em EAD sobre o tema, premiado nacionalmente, que pode ser usado para tal fim. Novamente, a Juíza Gabriela ficou encarregada de buscar mais dados sobre esta possibilidade. Sem outros tópicos a tratar, a reunião foi encerrada. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada eletronicamente para validação.